



**cdess**

**Comissão  
de Combate  
às Desigualdades**



Dezembro  
**2023**

# Comissão de Combate às Desigualdades



## Índice executivo

**Introdução**

**1**

**1**

**Comissão**

**2**

**Processo de definição dos eixos, temas prioritários e Plano de Trabalho 2023**

**3**

**Recomendações por tema**

Priorização de ações governamentais interfederativas, em conjunto com a sociedade civil, para o combate às desigualdades de forma sistêmica e estruturante com foco no desenvolvimento do país

**5**

Relações étnico-raciais na Educação Básica e Popular

**6**

Programa de Formação Continuada e Letramento Racial para Servidores Públicos

**7**

Articulação das Políticas de Inclusão Produtiva em prol de Mulheres

**8**

Promoção da Igualdade no Serviço Público

**9**

Promoção da Igualdade de Trabalho

**10**

Promoção de acesso a crédito diferenciado para as mulheres

**11**

**Conselheiros**

**12**

**Dados da Comissão**

**15**

**Equipe CDESS**

**17**

## Introdução

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. De acordo com o Relatório Mundial da Desigualdade, publicado em 2022, os 10% mais ricos concentram quase 60% da renda no país.

As múltiplas desigualdades de renda, de riqueza, sociais, ambientais, políticas, territoriais, culturais, de gênero e de raça se interrelacionam e se retroalimentam.

As desigualdades são terreno fértil para o crescimento da violência, dos conflitos, contaminando as atividades econômicas e minando as bases da vida democrática.

As desigualdades são estruturadas a partir de decisões políticas, e o seu combate também.

Esse enfrentamento político de combate às desigualdades passa por mudanças transformadoras. São necessários maiores esforços para erradicar a pobreza extrema e a fome, e investir mais na saúde, na educação, na proteção social, especialmente para as crianças, e em empregos dignos para os jovens, as mulheres e as comunidades vulneráveis.

Diante da situação persistente da desigualdade no país, o tema "Combate às Desigualdades" voltou a ser prioridade neste novo governo, e portanto, entrou com força na agenda do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS).

### **A Comissão Temática de Combate às Desigualdades (CCD)**

A CCD tem por objetivo acompanhar, avaliar e contribuir com políticas públicas e ações relacionadas ao tema da comissão. Constituindo-se em espaço de escuta e monitoramento das políticas do governo, além de proposição para o aperfeiçoamento da ação governamental.

Entendendo que o combate às desigualdades é sistêmico e precisa se dar concomitantemente em várias frentes, a Comissão realizou ações de escuta, estudos de possibilidades de atuação junto a ministérios e a entidades da sociedade civil buscando produzir propostas de soluções, pensadas de forma interseccional.

## Processo de definição dos eixos, temas prioritários e Plano de Trabalho 2023

Neste primeiro ano de trabalho, foram priorizados eixos que não deixam de ser convergentes quanto aos impactos. O enfrentamento ao racismo, incluindo propostas de educação dentro e fora da escola, assim como a geração de trabalho e renda que promovem emancipação das populações empobrecidas convergem para o combate à fome e desigualdades. Frente às urgências, a comissão se distribuiu nestas pautas, promovendo articulações institucionais e mobilizando as redes de atuação de alcance das conselheiras e conselheiros.

Importante destacar que a divisão em eixos é organizativa e não exclui as interseccionalidades de raça, classe e gênero, assim como não esgotam a amplitude das questões que envolvem as desigualdades que assolam nosso país, apenas correspondem às pautas já trabalhadas por esta CT.

Sendo assim, os eixos temáticos e subtemas que se desenvolveram ao longo das discussões para construção das recomendações aqui encaminhadas foram:

### **Eixo 1: Estratégia Nacional de Combate às Desigualdades (Governança)**

#### **Subtemas:**

- Priorização de ações governamentais interfederativas, em conjunto com a sociedade civil, para o combate às desigualdades de forma sistêmica e estruturante com foco no desenvolvimento do país;
- Aprofundamento do debate e alinhamento de princípios para a construção de um Sistema Tributário Progressivo.

## **Eixo 2: Enfrentamento ao Racismo**

### **Subtemas:**

- Relações étnico-raciais na Educação Básica e Popular;
- Programa de Formação Continuada e Letramento Racial para Servidores Públicos.

## **Eixo 3: Inclusão Produtiva e Combate às Desigualdade no Mercado de Trabalho**

### **Subtemas:**

- Articulação das Políticas de Inclusão Produtiva em prol de Mulheres;
- Promoção da Igualdade no Serviço Público;
- Promoção da Igualdade de Trabalho;
- Promoção de acesso a crédito diferenciado para as mulheres.

# Recomendações:

**Priorização de ações governamentais interfederativas, em conjunto com a sociedade civil, para o combate às desigualdades de forma sistêmica e estruturante com foco no desenvolvimento do país**

## **Eixo 1: Estratégia Nacional de Combate às Desigualdades (Governança)**

### **Recomendação 1:**

Estruturação de uma Estratégia Nacional de Combate às Desigualdades, envolvendo um conjunto de iniciativas sistêmicas que tem por objetivo articular e direcionar as políticas entre diversos ministérios, os três níveis de governo, os empresários, os trabalhadores, a academia e a sociedade civil organizada.

- a.** Pautar como prioridade política o combate às desigualdades;
- b.** Fortalecer a participação cidadã, corporativa e das organizações sociais;
- c.** Aprimorar a governança e a articulação sinérgica das ações nos vários níveis de governo;
- d.** Adotar um observatório de indicadores que qualifique a coleta de dados, reorganize os dados já produzidos e avalie a evolução dos índices de acesso a serviços, de bem-estar social, contemplando variáveis regionais, como gênero, raça e renda;
- e.** Estabelecer instrumentos de apoio e incentivo aos resultados alcançados (FUNDEB das Desigualdades, incremento no FPE e FPM);

## Recomendação 2:

Criação de instância governamental para controle, acompanhamento, avaliação e articulação das políticas governamentais de combate às desigualdades.

- a.** Análise dos atos normativos, projetos, legislações em relação à influência e o impacto no combate às desigualdades;
- b.** Monitoramento dos indicadores de desigualdade, considerando os diversos espaços territoriais e regionais, de forma periódica;
- c.** Aprofundar conhecimento e o debate sobre como garantir os direitos sociais, tais como acesso à moradia digna, ao saneamento, a áreas de lazer, a mobilidade e ao trabalho, considerando os desequilíbrios de ocupação físico-espacial no campo e na cidade.
- d.** Atuação interministerial e interfederativa de acompanhamento das políticas de combate às desigualdades;

## Ações futuras e em desenvolvimento

- a.** Promoção de seminários com as fundações e institutos dos partidos políticos e das entidades municipalistas para a inclusão do desafio de combate às desigualdades no processo eleitoral de 2024.
- b.** Fomentar seminários e debates qualificados com especialistas, para aprofundar o conhecimento sobre sistemas tributários progressivos e caminhos que o país possa trilhar para alcançar um sistema tributário mais justo e equânime.
- c.** Realização complementar de análise de experiências internacionais, com vistas a balizar o debate interno sobre sistema tributário progressivo.

# Relações étnico-raciais na Educação Básica e Popular

Eixo 2: **Enfrentamento ao Racismo**

### Recomendação 3:

Considerando a educação como locus de formação de cidadãos, fomentar mudança cultural em relação à questão racial no país, por meio de letramento racial, visando diminuição da discriminação racial e a construção de uma sociedade mais equânime.

- a.** Promover a formação de equipe de gestores, professores e demais profissionais da educação para Educação para Relações Étnico Raciais;
- b.** Estabelecer articulação junto ao MEC para que seja realizada a inserção e a revisão sistemática das práticas antirracistas dentro de seus currículos;
- c.** Revisão e adequação do material didático para refletir a diversidade étnica e cultural, respeitando a história regional e protegendo os direitos das comunidades tradicionais afro-brasileiras, indígenas e afro-indígenas;
- d.** Construção de orientações e guias para práticas de gestão educacional para a resolução de conflitos e discussões das Relações Étnico Raciais escolares;
- e.** Monitoramento e promoção da melhoria da implementação da Lei 10.639/2003.

## Programa de Formação Continuada e Letramento Racial para Servidores Públicos

### Eixo 2: **Enfrentamento ao Racismo**

#### Recomendação 4:

Firmar compromisso permanente na administração pública com a agenda de promoção da igualdade racial e combate ao racismo, através de cursos de formação antirracista para servidores(as) públicos(as) do Governo Federal, de maneira transversal e interseccional, propiciando reconhecer, criticar e promover a igualdade racial e o combate ao racismo, e que contribua para a formulação e a implementação de políticas públicas de ações afirmativas e comprometidas com o combate às desigualdades raciais.

**Exemplo: Curso de Formação em Desigualdades, Antirracismo e o Estado Brasileiro, fruto de parceria do CDESS com o Ministério da Igualdade Racial, Banco do Brasil e o Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas (ALARI) da Universidade de Harvard, com o objetivo de promover ações de conscientização e letramento que possibilitem a construção de ambientes de trabalho cada vez mais diversos e inclusivos no Poder Público frente aos desafios postos.**

- a.** Estabelecer parcerias com órgãos e entidades com experiências em formações dos diferentes perfis de servidores;
- b.** Elaborar plano de adoção e de conteúdo das formações para as diferentes funções do serviço público, com periodicidade anual de formação, e meta inicial de alcance em até 5 anos;
- c.** Elaborar mecanismos de incentivo para a adesão dos órgãos e servidores;
- d.** Estabelecimento de meta e acompanhamento da evolução das formações;
- e.** Promover a formação na temática racial dentro dos cursos de formação dos servidores ingressantes.
- f.** Formar cadastro de formação dos servidores por órgão de lotação, no âmbito nacional.

#### **Ações futuras e em desenvolvimento no Eixo 2:**

Apoio e Articulação da Sociedade Civil para promoção do Pacto pela Superação do Analfabetismo da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

## **Articulação das Políticas de Inclusão Produtiva em prol de Mulheres**

Eixo 3: **Inclusão e Combate às Desigualdades no Mercado de Trabalho**

#### **Recomendação 5:**

Estabelecer uma instância de governança e articulação interministerial para integrar as políticas, programas e ações de inclusão produtiva para

as mulheres. Essa estrutura visa maximizar a eficiência das ações, promover sinergias e complementaridades, culminando na construção de uma Agenda de Desenvolvimento Produtivo Inclusiva, adaptada às novas profissões e potencialidades econômicas de cada região.

**a.** Coordenação de ações relativas à temática entre Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério das Mulheres, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, entidades como a Rede Mulheres Empreendedoras, Mulheres do Brasil, e instituições como a Agência de Promoção de Exportações (APEX), SEBRAE, buscando estratégia de potencialização, expansão e divulgação das ações setoriais sejam empresariais e governamentais, em prol da inclusão de mulheres no Mercado de Trabalho formal.

## Promoção da Igualdade no Serviço Público

Eixo 3: **Inclusão e Combate às Desigualdades no Mercado de Trabalho**

### Recomendação 6:

Avanço de estratégias direcionadas à promoção ativa da inclusão e diversidade no governo federal.

**a.** Implementação de um plano de ações complementares para atender ao Decreto n.º 11.443/2023, visando a inclusão de pessoas negras em percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no governo federal;

**b.** Edição de decreto similar, estabelecendo também para mulheres um percentual de 50% dos cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal. E nos cargos de média e alta liderança, percentual de 30% para mulheres, num escalonamento progressivo.

**c.** Estabelecimento de um sistema de monitoramento para a correção de possíveis desvios, garantindo o cumprimento efetivo dos percentuais estipulados.

**d.** Definição dos critérios de elegibilidade e de que os percentuais se apliquem individualmente a cada órgão do governo, reconhecendo e enfrentando disparidades.

### Recomendação 7:

Priorizar a renovação da Lei nº 12.990/2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, que teria vigência até 2024.

### Recomendação 8:

No âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior, respeitando-se a autonomia, fortalecer mecanismos para adequada implementação da reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos, com especial atenção para a carreira de docente do magistério superior. Fomentando o estabelecimento de metas para a ocupação de docentes negros nas Instituições de Ensino Superior.

- a.** Estabelecer metas graduais de inserção de pessoas negras no quadro de docentes das universidades públicas, na perspectiva de ocupação proporcional ao percentual de cidadãos negros na população regional, até 2040;
- b.** Realização de capacitação e ações de conscientização e letramento ao corpo docente, administrativo e discente, no âmbito das universidades públicas brasileiras;

## Promoção da Igualdade de Trabalho

### Eixo 3: **Inclusão e Combate às Desigualdades no Mercado de Trabalho**

#### Recomendação 9:

Priorizar a aprovação do PL 1.246/2021, no Senado Federal, que estabelece a reserva de vagas para mulheres nos conselhos de administração de empresas públicas, sociedades mistas e companhias abertas (adesão opcional). E ainda, após a aprovação, a construção do programa de incentivos para adesão das companhias abertas à legislação, conforme previsto no projeto:

- a.** Reserva de 30% das vagas para mulheres, e dentre estas 30% são destinadas a mulheres negras e/ou com deficiências;
- b.** Implementação gradual, com cota de 10% na primeira eleição de composição do conselho, 20% na segunda e 30% na terceira;
- c.** Fiscalização de órgãos internos e externos com sanções para descumprimento, incluindo a suspensão de deliberação do conselho;
- d.** Inclusão de informações detalhadas sobre a presença feminina na empresa, cargos ocupados, remuneração por gênero e evolução comparativa entre exercícios nos relatórios públicos exigidos às estatais e empresas de capital aberto.

## Promoção de acesso a crédito diferenciado para as mulheres

### Eixo 3: **Inclusão e Combate às Desigualdades no Mercado de Trabalho**

#### **Recomendação 10:**

Priorizar a aprovação do Projeto de Lei 1.883 de 2021 (Programa Crédito da Mulher), que facilita o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas lideradas por mulheres, reservando pelo menos 25% dos recursos do Pronampe para esses negócios, conforme consta no projeto:

- a.** Reserva percentuais mínimos dos recursos destinados às mulheres negras, de renda baixa e/ou com deficiência;
- b.** Estabelece prioridades e condições facilitadas, inclusive taxas de juros reduzidas, para empresas controladas por mulheres;
- c.** Permite aplicação de Taxa de Juros Longo Prazo (TJLP) em valores reduzidos para esse público, nos empréstimos concedidos pelo BNDES;
- d.** Permitirá valores distintos para diferentes prazos, modalidades e atividades econômicas, de acordo com decreto a ser editado pelo Poder Executivo;
- e.** Prevê plano de divulgação e possibilidade de parcerias com organizações sociais para busca ativa de potenciais empreendedoras, especialmente de mulheres negras e em condições de vulnerabilidade social.

### Ações futuras e em desenvolvimento no Eixo 3:

**a.** Aprofundar as discussões relacionadas à promoção do trabalho decente, por meio de um novo modelo de desenvolvimento inclusivo, para promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas.

# Conselheiros

## Grupo coordenador

Ana Lucia  
Pedro Fontes

Alcielle dos Santos

Benilda Brito

Caio Magri

Glauco Humai

João Carlos Nogueira

Ivone Silva

José Vicente

Rodrigo  
Fernandes Afonso

Luana Genot

Mônica Veloso

Patriciana Rodrigues

Ligia Moreiras Sena

Rosana Onocko

Rosangela Hilário

Wolf Kos

## Conselheiros membros

**Alessandro  
Sorriso**

**Claudio  
Medeiros**

**Fernando  
Guimarães**

**Ana Carolina  
Lima**

**Cristina  
Pinho**

**Franklin  
Felix**

**Ana  
Inoue**

**Débora  
Guerra**

**Glauco  
Humai**

**André  
Villas-Bôas**

**Dirlene  
Silva**

**Glória  
Guimarães**

**Aristides Veras  
dos Santos**

**Dora  
Cavalcanti**

**Guto  
Quintella**

**Ayala  
Ferreira**

**Eduardo  
Wurzmann**

**Heleno  
Araújo**

**Bela  
Gil**

**Edvaldo  
Vieira**

**Helô  
Silva**

**Camila  
Moradia**

**Elisa  
Wandelli**

**Ivone  
Silva**

**Carla Crippa  
Prado**

**Enilson  
Moura**

**Josué  
Rocha**

**Chieko  
Aoki**

**Eunice  
Cabral**

**Juliana  
Marra**

**Claudia  
Costin**

**Fabrcício  
Bloisi**

**Juvandia  
Moreira**

**Luciano  
Monteiro**

**Patrícia Villela  
Marino**

**Victor  
Bicca**

**Luiza Helena  
Trajano**

**Patriciana  
Rodrigues**

**Virgílio  
Viana**

**Margareth  
M. Uemura**

**Priscila  
Cruz**

**Vitor  
Magnani**

**Maria Auxiliadora  
dos Santos**

**Raimundo  
Bonfim**

**Viviane  
Sedola**

**Maria Elisa  
Baptista**

**Reinaldo  
Bulgarelli**

**Wilson Ramos  
Filho (Xixo)**

**Maria Paula  
Dallari Bucci**

**Roberto  
Tadros**

**Wolf  
Kos**

**Marlova  
Noletto**

**Rodrigo  
Dienstmann**

**Zélia Amador  
de Deus**

**Martinha  
Dutra**

**Rosana  
Onocko-Campos**

**Venilton  
Tadini**

**Maysa Motta  
Gadelha**

**Roseli de  
Deus Lopes**

**Vercilene  
Dias**

**Moacyr  
Auersvald**

**Silvia  
Penna**

**Nina  
da Hora**

**Neca  
Setúbal**

**Tânia  
Cosentino**

**Nina  
Silva**

**Cláudio  
Loureiro**

**Fernanda  
Burle**

**Katia  
Maia**

## Dados da Comissão

**Conselheiros inscritos:** 81 conselheiros

**Grupo coordenador:** 12 conselheiros

**Data da instalação:** 27 de julho de 2023

**Ministros presentes na reunião de instalação:** Alexandre Padilha, Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Anielle Franco, Ministra da Igualdade Racial, Aparecida Gonçalves, Ministra das Mulheres e Tarciana Medeiros, Presidenta do Banco do Brasil.

**Reuniões realizadas:** 15 reuniões desde o início da instalação do CCD, entre, as reuniões gerais, as de coordenação e de temáticas para discussão dos eixos de trabalho.

**Ministérios e entidades envolvidos:** Ministério da Igualdade Racial, Ministério das Mulheres, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento e da Integração Regional.

**Principais políticas e programas analisados:** Programa Federal de Ações Afirmativas e o Plano Juventude Negra Viva, junto ao Ministério da Igualdade Racial; Fomento à inclusão produtiva junto ao Ministério do Trabalho, em especial à Secretaria Nacional de Economia Solidária, Programa "Mulheres Mil", do Ministério da Educação, "Brasil para elas", do MDIC, "Mulheres na Exportação" (APEX), e entidades como a Rede Mulheres Empreendedoras, "SEBRAE delas", baseado em um amplo mapeamento conduzido pelo Instituto RME.

### Eventos e ações realizados:

- Encontro das Conselheiras Negras do Conselhão;
- Assinatura de Protocolo de Intenções entre o CDESS e o Ministério da Igualdade Racial;
- Apresentação do Projeto Cronogramas da Liberdade;

- Manifestação nº 001/2023 – Pelo retorno imediato dos assentos do Movimento Negro Educador e do Movimento Indígena no Conselho Nacional de Educação;
- Nota técnica – Promoção efetiva da igualdade racial na educação brasileira;
- Apoio do CDESS e Participação no Fórum Internacional de Equidade Racial Empresarial (FIESP, novembro/2023);
- Apresentação, debate e análise do Glossário às Aversas e de Indicações bibliográficas para um projeto de sociedade antirracista elaborado pelo Grupo de Pesquisa Audre Lorde;
- Apresentação conceitual e dos desafios visando a promoção do trabalho decente;
- Mapeamento de iniciativas de inclusão produtiva que priorizam as mulheres no Governo;
- Apoio e participação de conselheiros junto ao Lançamento da Campanha Brasil sem Misoginia do Ministério das Mulheres;
- Apoio do CDESS ao Lançamento do Pacto Nacional de Combate às Desigualdades, e parceria firmada para realização de ações conjuntas;
- Alinhamento com a Aliança Direitos Humanos e Empresas (ADHE) lançada pelo ONU;
- Participação no Seminário: "O caminho a seguir - Reforçar o papel do diálogo social e dos parceiros sociais na promoção da igualdade no mundo do trabalho, promovido pela Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Grécia;
- Articulação com o Ministério da Educação na preparação do Pacto pela Superação do Analfabetismo;
- Articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego na preparação do Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes;
- Difusão aos conselheiros do CDESS da Consulta Pública da proposta de Política de Cuidados em elaboração pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
- Curso de Formação em Desigualdades, Antirracismo e o Estado Brasileiro, de promoção de ações de conscientização e letramento aos servidores(as) da administração pública federal, fruto de parceria do CDESS com o Ministério da Igualdade Racial, Banco do Brasil e o Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas (ALARI) da Universidade de Harvard.

**Comissão de Combate às Desigualdades**

**Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável**

**Secretaria de Relações Institucionais**

**Presidência da República**

**Ministro**

Alexandre Padilha

**Secretário Executivo**

Paulo Pereira

**Coordenador**

Valmir Dantas

**Equipe de Apoio**

Aida Silva

Julia Vida

Roseli Alves

**Editorial**

João Salgado

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Gabriel Protski



**Conselho de Desenvolvimento  
Econômico Social Sustentável**

[www.gov.br/sri/pt-br/cdess](http://www.gov.br/sri/pt-br/cdess)

[se\\_cdess@presidencia.gov.br](mailto:se_cdess@presidencia.gov.br)

## Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável

### Secretaria de Relações Institucionais

#### Presidência da República

#### **Ministro da Secretaria de Relações Institucionais**

Alexandre Padilha

#### **Secretário**

Paulo Pereira

#### **Secretária-adjunta**

Raimunda Monteiro

#### **Chefe de Gabinete**

André Avrichir

Guilherme Siqueira de Carvalho

#### **Assessoria Gabinete**

Daniela Naves

João Vítor Salgado

Júlia Vida

Maria Alice Vieira

Tiago Nicácio

Vagner Araújo

#### **Núcleo Ambiental**

Alberto Lourenço

Ellen Lemos

José Ivan Aquino

Lígia Valadão

Priscila Feller

#### **Núcleo de Direitos Sociais**

Aída Silva

Nicolau Beltrão

Roseli Teixeira

ValmirDantas

#### **Núcleo Econômico**

Guilherme Siqueira de Carvalho

Henrique Sabino

Marcos Aurélio Souza

Paula Pires

Tatiana Vasconcelos

#### **Assessoria Internacional**

Marcela Maris

#### **Logística e Eventos**

Douglas Nunes

Nicolau Beltrão

Lucinete Lima

Raíssa Carvalho

Rebeca Barbosa

Regiani Ribeiro

Valéria Barcellos



**Conselho de Desenvolvimento  
Econômico Social Sustentável**

[www.gov.br/sri/pt-br/cdess](http://www.gov.br/sri/pt-br/cdess)

[se\\_cdess@presidencia.gov.br](mailto:se_cdess@presidencia.gov.br)

